

GESTÃO E DESAFIOS ADMINISTRATIVOS NA REPARAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA ZONA DA MATA MINEIRA APÓS O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MARIANA -MG

Victória Stephany Pereira Botelho ¹
Jaqueline Conceição Leite ²
Luciano Aguiar Otoni ³
Guanayr Jabour Amorim ⁴
Rosélio Marcos Santana ⁵
Imaculada Coelho da Silva Cardoso ⁶
Alex Moreira⁷

alexmoreira.univertix@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Sociais Aplicadas

PALAVRAS-CHAVE: administração pública; ambiental; gestão; reparação.

1 INTRODUÇÃO

No processo de apropriação e uso dos recursos ambientais, estão sempre em jogo interesses da coletividade, cuja responsabilidade pela defesa é do Poder Público, e interesses específicos de atores sociais que, mesmo quando legítimos, nem sempre coincidem com os da coletividade, isso pode levar à geração de conflitos. A

¹ Acadêmica do 4º período do curso de Administração – Centro Universitário Univértix - Matipó/MG.

² Mestra em Administração de Empresas. Graduada em Ciências Contábeis. Pós-graduada em Controladoria e Finanças. MBA Executivo em Gestão de Saúde Suplementar e Contabilidade, Gestão e Tributação. Professora nos cursos de Administração e Ciências Contábeis do Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó/MG.

³ Graduação em Ciências Contábeis. Pós-graduado em Planejamento Fiscal e Auditoria Contábil (2003). Professor nos cursos de Administração e Ciências Contábeis do Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó/MG.

⁴ Mestre em Meio Ambiente e Sustentabilidade. Graduado em Turismo. Pós-graduado MBA em Gestão de Negócios e Pessoas. Professor nos cursos de Administração e Ciências Contábeis do Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó/MG.

⁵ Mestre em Direção e Administração de Empresas. Graduado em Sistemas de Informação, Licenciado em Matemática – Especialista em Docência do Ensino Superior, Pós-graduado MBA em Gestão de Negócios e Pessoas. Professor nos cursos de Administração e Ciências Contábeis do Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó/MG.

⁶ Mestra em Educação Matemática (UFOP), graduação em Matemática (FAFILE). Especialização em Metodologia do Ensino da Matemática. Professora nos cursos de Administração e Ciências Contábeis do Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó/MG.

⁷ Doutorando em Educação Matemática (UFOP). Mestre em Educação Ciências e Matemática (UFV). Graduado em Administração. Licenciado em Matemática (UNIFAL). MBA em Gestão de Projetos e Gestão de Pessoas (ESALQ/USP). Especialista em Ensino de Matemática e Física (IF-SUDESTE/MG). Professor nos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências da Computação do Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó/MG.

Constituição Federal de 1988 estabelece que o meio ambiente é um bem de uso comum da sociedade (BRASIL, 1988). O rompimento da Barragem de Fundão, em 2015, em Mariana-MG, configurou-se como um dos maiores desastres socioambientais da história do Brasil, afetando diretamente o Rio Doce e dezenas de municípios em Minas Gerais e no Espírito Santo, com impactos ambientais, sociais e humanos de longa duração. Esse episódio expôs a fragilidade da regulação ambiental e a insuficiência de políticas públicas eficazes para prevenir tragédias em áreas de mineração, evidenciando a necessidade de uma educação ambiental crítica e de uma gestão administrativa mais robusta e integrada. A educação ambiental, conforme destacam Loureiro (2012) e Jacobi (2003), deve ser compreendida como prática político-pedagógica capaz de promover reflexão social sobre modelos econômicos predatórios e estimular práticas educativas transformadoras. No contexto brasileiro, essa discussão torna-se ainda mais relevante diante dos recorrentes desastres envolvendo a mineração, como os rompimentos em Mariana (2015) e Brumadinho (2019), que escancararam fragilidades estruturais nos sistemas de gestão, fiscalização e responsabilidade socioambiental. O desastre de Mariana provocou impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais ao longo de aproximadamente 600 km da Bacia do Rio Doce, afetando ecossistemas, modos de vida e relações territoriais de inúmeras comunidades. A realidade atual das barragens de rejeito da mineração no Estado, de acordo com a Promotoria de Meio Ambiente de Minas Gerais, é que existem mais de 1000 barragens, e cabe registrar que a de Fundão era uma das consideradas estáveis. E rompeu-se deixando um saldo de 18 vítimas e 2 desaparecidos (Teixeira, 2016). Hunzicker (2020) denomina como “silenciamento pedagógico” a ausência de abordagens que considerem o território, a memória coletiva e os impactos do desastre nos currículos escolares, o que contribui para o distanciamento entre escola e realidade vivida pelas comunidades atingidas. Nesse sentido, torna-se urgente enfrentar tais lacunas, propondo práticas pedagógicas e administrativas que reconheçam os sujeitos como ativos na construção do conhecimento e da consciência ambiental crítica. Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender como os municípios banhados pela bacia do Rio Doce, enfrentaram os desafios administrativos e de gestão na coordenação, negociação e execução das políticas de reparação pós-rompimento da barragem de Fundão. A análise busca evidenciar as dificuldades estruturais e institucionais que permeiam a administração pública em contextos de crise socioambiental, além de propor reflexões sobre o papel da educação ambiental crítica como instrumento de fortalecimento da cidadania e da justiça socioambiental. Questão norteadora: De que maneira as prefeituras das cidades da Zona da Mata mineira têm enfrentado os desafios administrativos e de gestão na implementação das políticas de reparação após o rompimento da barragem de Fundão? Este trabalho tem como objetivo analisar a capacidade administrativa e os desafios de gestão enfrentados pelas prefeituras das cidades da Zona da Mata mineira na coordenação, negociação e execução das políticas de reparação pós-rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG. A relevância desta pesquisa reside em sua contribuição educacional, social, ambiental e territorial, ao compreender a gestão municipal como espaços privilegiados para o fortalecimento do pertencimento ao território e para a problematização das relações entre sociedade, natureza e mineração.

2 METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, com abordagem descritiva, que segundo Gil (2017) descreve as características de determinada população e o estabelecimento de relações entre as variáveis. A metodológica será realizada através da análise documental, voltada para compreender a capacidade administrativa e os desafios de gestão enfrentados pelas prefeituras da Zona da Mata mineira na implementação das políticas de reparação decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG. A análise documental será através de registros oficiais, relatórios, legislações, atas de reuniões, planos de ação e demais documentos produzidos pelas prefeituras dos municípios, estados e governo federal, disponíveis no portal da transparência. A pesquisa será realizada nas prefeituras dos municípios de São Pedro dos Ferros, Rio Casca e Raul Soares na Zona da Mata mineira. A escolha desses municípios se deve à sua inserção direta no contexto das políticas de reparação e à relevância de suas experiências administrativas para o entendimento da temática e sua proximidade com o município de Matipó. As etapas serão: 1- Levantamento documental: coleta de documentos oficiais disponíveis em portais institucionais, arquivos públicos e relatórios produzidos pelas prefeituras. 2- Organização e categorização: sistematização dos documentos em categorias analíticas relacionadas à coordenação, negociação e execução das políticas de reparação. 3- Análise qualitativa: interpretação dos conteúdos à luz da literatura sobre a Administração pública, capacidade administrativa e políticas de reparação. 4- Análise quantitativa: Foram analisadas pela estatística descritiva: frequência absoluta, relativa, média e desvio padrão. 5- Síntese dos resultados: elaboração de um quadro analítico que evidencie os principais desafios e estratégias adotadas pelas prefeituras. Por se tratar de uma pesquisa documental, não haverá contato direto com seres humanos, nem coleta de informações pessoais, o que dispensa a necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) do Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX, garantindo a observância dos princípios éticos que regem a pesquisa científica (Brasil, 2012). Em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), esta pesquisa assegura que não haverá coleta, armazenamento ou tratamento de dados pessoais de indivíduos, uma vez que se restringe à análise de documentos públicos e institucionais das prefeituras investigadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa pesquisa foi aprovada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica– PIBIC Univértix 2026 e por se tratar de um projeto em desenvolvimento, os resultados parciais registram até o momento a realização do levantamento bibliográfico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento, com resultados parciais que incluem a conclusão do levantamento bibliográfico.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA FAPESP. **Desdobramentos do maior desastre socioambiental do Brasil**. São Paulo: FAPESP, 2025.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 27 fev. 2026.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Trata das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 dez. 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 27 de fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Gestão Integrada de Riscos e Desastres**. Brasília: MDR, 2021.

BRASIL. Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019. Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, **para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências**. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ano 157, n. 130, p. 1, 9 jul. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/l13853.htm. Acesso em: 27 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ano 156, n. 157, p. 1, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 16 fev. 2026.

CROCKETT, M; LEUMAS, E. G. **Manual de Gestão de Emergências e Preparação para Desastres**. Brasília: Arquivo Nacional, 2020.

CHIAVENATO, I. **Administração: teoria, processo e prática**. 5. ed. São Paulo: Manole, 2020.

CHIAVENATO, I. Novas abordagens na teoria administrativa. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 60, n. 3, p. 242-246, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/SrFPLQkr3PrHW6QqY3JSQjC/?lang=pt>.

CONSTANTINO DA VITÓRIA, F; BANDINI, B; SILVA, E. R; ALMEIDA, J. R. **Desastre ambiental da Barragem de Fundão, Mariana, MG – análise de impactos**

socioambientais. *Revista Internacional de Ciências*, v. 9, n. 3, 2019. DOI: <https://doi.org/10.12957/ric.2019.40296>

COSTIN, C. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2010. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595152281/>. Acesso em: 27 fev. 2026.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HUNZICKER, Adriane Cristina de Melo. **Educação no contexto do rompimento da barragem de Fundão: representações sociais em movimento de educadores(as) sobre a escola no reassentamento de Bento Rodrigues**. 2024. Tese (Doutorado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

HUNZICKER, A. C. M. **A mineração e seus impactos socioambientais: O desastre e a educação infantil**. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v. 15, n. 2, 2020. IBAMA. **Rompimento da Barragem de Fundão: documentos relacionados ao desastre da Samarco em Mariana/MG**. Brasília: IBAMA, 2016.

JACOBI, P. Educação ambiental e cidadania. **Revista Educação e Pesquisa**, 2003.

LOUREIRO, C. F. **Educação ambiental crítica**. São Paulo: Cortez, 2004.

LUIZ, R. C. **O desenvolvimento de características e comportamentos empreendedores em uma empresa júnior: um estudo de caso na Quantum**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MENDES, G. F. **Série IDP – Linha Administração e Políticas Públicas - Gestão Pública e Direito Municipal: tendências e desafios**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547204686/>. Acesso em: 27 fev. 2026.

MILANEZ, B; LOSEKANN, C. **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. **Relatório sobre os impactos do rompimento da Barragem de Fundão**. Belo Horizonte: MPMG, 2018.

SILVA, V. L. S. **Coordenação e comunicação efetiva durante desastres naturais e humanos: uma revisão teórica**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2024.

TEIXEIRA, H. M. S. V. **A importância da comunidade local na prática do licenciamento ambiental no setor da mineração: Estudo de caso da Barragem de Fundão em Mariana-MG.** Dissertação do curso de Mestrado em Administração. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Suzana Braga Rodrigues. Universidade FUMEC. 2016.

ZHOURI, A; OLIVEIRA, R; ZUCARELLI, M. Mineração, violação de direitos e luta por justiça: o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton em Mariana (MG). **Revista de Ciências Humanas**, v. 50, n. 1, p. 201-223, 2017.

ZHOURI, A *et al.* **O desastre da Samarco e a política ambiental no Brasil.** Belo Horizonte: UFMG, 2016.